

# PEQUENAS CIDADES: LUGARES DE ARTICULAÇÃO E DE PRÁTICAS ESPACIAIS

Izabelle Trajano da Silva<sup>1</sup>  
Anieres Barbosa da Silva<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho objetivou discutir sobre pequenas cidades, compreendendo-as enquanto lugares de articulação e de práticas espaciais. Entender as pequenas cidades, no Brasil, requer conhecer o surgimento das cidades brasileiras e as legislações que possibilitaram a multiplicação de municípios no Brasil. O baixo volume populacional é uma importante característica destes centros urbanos, entretanto é impreterível ver a cidade para além do volume de habitantes. Desse modo, para compreender as pequenas cidades deve-se analisar: a sua posição na rede urbana, as práticas sociais existentes, os fluxos que nela ocorrem, a sua paisagem e todo o contexto regional na qual está inserida. Deve-se enxergá-la como lugar de realização da vida humana, diante de um mundo globalizado.

**Palavras-chaves:** pequenas cidades, práticas espaciais, espaço geográfico, centros urbanos.

## SMALL CITIES: PLACES OF ARTICULATION AND SPACIAL PRACTICES

### Abstract

This work aimed to discuss the geographical spaces called small cities, realizing them as places of articulation and spatial practices. Understanding small cities, in Brazil, requires knowing the rise of Brazilian cities and the laws which made it possible city multiplication in Brazil. The low population volume is an important characteristic of these urban centers, however it is essential to see the city beyond the volume of inhabitants. Thus, in order to understand small cities, it must be analyzed: their position in the urban network, the existing social practices, the flows that happens in it, their landscape and the entire regional context in which it is inserted. It must be seen as a place for the realization of human life, in the face of a globalized world.

**Keywords:** small cities, spatial practices, geographic space, urban centers.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: izabeller@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor adjunto do Departamento de Geociências e docente permanente do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: anieres@gmail.com

## PEQUENAS CIDADES: LUGARES DE ARTICULAÇÃO Y DE PRÁTICAS ESPACIALES

### Resumen

Este trabajo objetivó discutir los espacios geográficos denominados pequeñas ciudades, comprendiéndolas mientras lugares de articulación y de práctica espaciales. Comprender las pequeñas ciudades, en el Brasil, requiere conocer el surgimiento de las ciudades brasileñas y las legislaciones que posibilitaron la multiplicación de municipios en el Brasil. El bajo volumen de la población es una importante característica de los centros urbanos, sin embargo, es impredecible para ver la ciudad, además del volumen de habitantes. De esta manera, para comprender las pequeñas ciudades se debe analizar: su posición en la red urbana, las prácticas sociales existentes, los flujos que en ella ocurren, su paisaje y todo el contexto regional en la cual esté incluida. Debe verse como un lugar para la realización de la vida humana, frente a un mundo globalizado.

**Palabras-claves:** pequeñas ciudades, prácticas espaciales, espacio geográfico, centros urbanos.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pequenas cidades são uma realidade incontestável no cenário brasileiro. O alto número de núcleos considerados pequenos é fruto do processo de multiplicação de municípios no Brasil, ocorrido ao longo de sua história. Embora haja um debate, na geografia urbana, sobre o que é ou não cidade, cada país é livre para escolher os critérios próprios que as definam. No Brasil, cidades são sedes de municípios. Segundo Maia (2009), é assim desde o Decreto-Lei nº 311 de 2 de março de 1938. Por isso, a quantidade de municípios reflete diretamente sobre o número de cidades brasileiras.

Pela vasta extensão territorial e, sobretudo, pelas legislações muito permissivas, segundo os censos demográficos (IBGE, 2018), entre os anos de 1950 e 2010, o Brasil passou de um total de 1.889 para 5.565 municípios, ou seja, basicamente triplicou. O censo demográfico de 2010 também apontou que aproximadamente 70% dos municípios, no referido ano, possuíam população de até 20.000 habitantes, o que significa dizer que as suas respectivas

---

<sup>3</sup> Utiliza-se dados do censo demográfico 2010, neste trabalho, porque mesmo estando no ano 2022, não há outra fonte de dados mais atual que possibilite tratar as características populacionais brasileiras de modo mais fidedigno. Censos demográficos, geralmente, ocorrem a cada dez anos, todavia em 2020, tal pesquisa foi inviabilizada devido a pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). Segundo o IBGE (2022), a coleta do próximo censo demográfico ocorrerá entre os meses de junho a agosto de 2022.

sedes municipais, da mesma maneira, estariam sujeitas a um baixo contingente populacional.

Por isso, as características demográficas, sozinhas, não são capazes de explicar a realidade das cidades brasileiras. É necessário, portanto, analisar: a posição na rede urbana, as práticas sociais, os fluxos que nela ocorrem, a sua paisagem e todo o contexto regional na qual está inserida. Afinal, cada pequena cidade é também um lugar de articulação, simultaneamente, do global, do nacional, do regional e do local, o que gera práticas espaciais. E o reconhecimento destas já é suficiente para se constituir uma pesquisa na ciência geográfica, pois a Geografia se debruça sobre todas as formas de espacialização da sociedade.

## O UNIVERSO DAS (PEQUENAS) CIDADES

Tem sido comum considerar uma pequena cidade como sendo aquela que não ultrapassa dez mil ou vinte mil habitantes. Este limiar é insuficiente para definir uma pequena cidade, e está longe de levar em conta sua verdadeira complexidade. Além disso, não raras vezes, verifica-se uma confusão entre os vocábulos “cidade” e “município”, os quais, em algumas ocasiões, são utilizados como sinônimos. Isso ocorre porque, no entendimento de Assis e Araújo (2009), é comum pesquisadores utilizarem a expressão “cidades pequenas” como sinônimo de “municípios pequenos” e não esclarecem se o universo referenciado diz respeito à população municipal (rural e urbana), à população urbana (residentes na sede municipal e vilas) ou apenas à população da cidade (moradores da sede municipal).

Ocorre que, no âmbito geográfico, a discussão sobre o conceito de pequena cidade acaba por constituir a própria discussão sobre o que é cidade e a partir de que quando um aglomerado humano passa a ser uma; e, quanto mais geral um conceito, maior o grau de abstração e mais generalizações terá seu conteúdo. Talvez o mais aconselhável seja fazer um exercício de aproximação, como orienta Souza (2008), uma vez que qualquer cidade pode se revelar como um caso particular dependendo do histórico de urbanização.

É importante ressaltar que mesmo diante de argumentações discrepantes, as quais buscam classificar tipos de cidades (em pequenas, médias e grandes), há o consenso, entre os geógrafos, sobre a ideia de que toda e qualquer cidade apresenta um ambiente de concentração de pessoas e de atividades comerciais. Silva, Gomes e Silva (2009, p. 44) enfatizam tais características atribuídas à cidade, no seguinte trecho:

Num primeiro momento, a cidade era compreendida como uma reunião de duradoura de homens e de moradias, que ocupam uma grande superfície e se encontram em uma encruzilhada de grandes vias comerciais. Ou então, como um agrupamento humano cujos meios de existência normais consistem na concentração de formas de trabalho que não estão consagradas à agricultura, e sim ao comércio e à indústria. Essas duas compreensões seguem uma linha de pensamento que, historicamente, vem procurando definir a cidade sob o prisma da oposição entre o urbano e o rural.

A oposição mencionada não foi construída apenas na literatura, mas também no imaginário social, e contribui para o estranhamento da dinâmica da pequena cidade, quando comparada a centros metropolitanos. Em alguns pequenos centros, a baixa existência de símbolos urbanos – como a verticalização de imóveis, semáforos, congestionamentos, equipamentos de lazer e avenidas asfaltadas, bem como a diversidade de comércios e serviços – pode aparentemente destoar de uma vida urbana contemporânea.

Essa oposição, todavia, esbarra na existência daquilo que Souza (2008, p. 27) chama de “extravagância espacial”, isto é, atividades tipicamente rurais no meio urbano. À primeira impressão, pode-se dizer que elas são comumente presentes em pequenas cidades, mas a verdade é que também podem ser observadas em cidades maiores e em grandes metrópoles.

Santos (1982, p. 71), em sua obra “Espaço e Sociedade”, no capítulo destinado ao estudo do que ele chama de cidades locais (denominação que ele confere às pequenas cidades) na América Latina, já partilhava do seguinte pensamento: “para que uma cidade exista deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente”; ou seja, é necessária a criação de “atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades”.

O referido autor ainda acrescenta que explicar o nascimento de cidades, a partir da produção de excedente – visão perpetuada por alguns até hoje – não condiz mais com as atuais condições do mundo moderno onde, para ele, “as necessidades são satisfeitas com ou sem a existência de um excedente” (SANTOS, 1982, p. 72).

Dessa maneira, compreender como as cidades surgiram é um elemento a mais de compreensão do espaço urbano, pois as sociedades e até mesmo um único país pode guardar diferenciações na formação dos seus centros. No Brasil, em particular, enquanto algumas cidades surgiram mediante a presença do comércio, com a atividade de feiras livres, outras foram criadas, principalmente, para cumprirem a função político-administrativa. E ao longo do tempo todas elas passaram a se comunicar mediante as suas necessidades, ou seja, através da relação de oferta e demanda estabelecida por cada uma.

Nessa mútua relação, as pequenas cidades comumente possuem dependência das funções exercidas pelos centros regionais, por isso, constituem-se fluxos certos que contribuem

para a formação de cidades médias (SOARES, 2007, p. 487). Portanto, as pequenas cidades também se comportam como mercado consumidor ambulante, a partir do momento que ocorre o deslocamento de suas populações para outras localidades.

Na visão de Silva, Gomes e Silva (2009, p. 64), o deslocamento de moradores da pequena cidade para consumir produtos e serviços em centros urbanos maiores causa prejuízos porque se reduz a circulação de dinheiro, “caracterizando uma relação dialética que se expressa na apropriação, pelas grandes e médias cidades, de uma parte da renda produzida nas pequenas cidades, diminuindo nestas as possibilidades de um dinamismo socioeconômico local”.

Esse ponto de vista é um alerta para o fato de que mesmo que se esforce, o estudo sobre as pequenas cidades não recai apenas sobre elas, pois as mesmas mantêm relações com outros espaços, isto é, fazem parte de um todo e como tal são integrantes e interagentes. Em tempos de globalização econômica, os fluxos fazem parte do cotidiano dos centros urbanos, independentemente de seu tamanho. Por isso que as características econômicas são habitualmente utilizadas para fins de conhecimento dos lugares, por expressarem dados que permitem visualizar a função de um determinado espaço, no mundo capitalista contemporâneo.

Mesmo diante de tal importância, é imprescindível analisar a cidade por um viés que extrapole o econômico, pois a cidade é:

um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (SOUZA, 2008, p. 28).

É pensando dessa forma que, nas reflexões encaminhadas ao longo do texto, a cidade é encarada “como o lugar da produção e reprodução da vida social e como o lugar da própria vida, compreendendo o homem em todas as dimensões, para além do trabalho e do consumo” (ARROYO, 2008, p. 1). É, portanto, dessa maneira, que, primeiramente, se percebe uma cidade: sem adjetivá-la para evitar conotações de volume populacional, funções urbanas ou paisagens. A pequena cidade antes de ser “pequena” é “cidade”, o que já a caracteriza como um lugar de vida humana e práticas sociais, conseqüentemente práticas espaciais.

## A PEQUENA CIDADE PARA ALÉM DO ASPECTO POPULACIONAL

O contingente populacional, embora seja um dado inicial imprescindível para se caracterizar um lugar, não o qualifica. Todavia, a partir de estudos realizados na geografia urbana, os índices populacionais acabaram contribuindo para a classificação de cidades categorizadas em pequenas, médias e grandes – mesmo não havendo consenso sobre os portes demográficos, existem valores estipulados como mínimos e máximos para todas as categorias.

Acontece que os adjetivos escolhidos para classificar os tipos de cidades (pequenas, médias, grandes) expressam valores semânticos, os quais tendem a valorizar e/ou depreciar os lugares eleitos com tais títulos. Ao pesquisar a definição da palavra “pequeno” (PRIBERAM, 2018), alguns dos resultados localizados foram: i) diminuto; ii) que é pouco importante; iii) que é de condição humilde, que tem pouco haveres; iv) que é feito em limitada escala; v) apoucado; miserável. Em contrapartida, ao buscar as acepções do termo “grande” (PRIBERAM, 2018), surgiram: i) que tem dimensões maiores que o habitual; ii) que é considerável, importante; iii) que é intenso, forte; iv) ilustre, respeitável; v) que tem muita qualidade ou muito valor.

Dessa maneira, embora sejam definições de um simples dicionário, englobam significações que são imediatamente transferidas aos centros urbanos. Ademais, ainda possui o agravante de “grande” ser antônimo de “pequeno”, o que colocaria esses dois tipos de cidades realmente em uma concorrência – o que implica, conseqüentemente, na figura de um vencedor –, seja para receber investimentos capitalistas ou até mesmo para ganhar olhares de pesquisadores.

Sabe-se que nas relações de competição estabelecidas pela lei natural, vencem os mais fortes; na realidade das cidades, as grandes, primeiramente, e as médias, nos últimos anos, vem conseguindo destacar-se mais que as pequenas, no âmbito das pesquisas geográficas. Embora Maia (2010) afirme que a partir da década de 1990 já se iniciam os estudos sobre pequenas cidades, na geografia, Barcelar (2009, p. 11) tece fortes críticas quanto às limitações da produção de trabalhos dessa temática:

a pequena cidade é uma espécie de “barreira” para a geografia que se limita a categorizar o amplo e o vasto. A geografia não consegue “enxergar” o micro. Como a física newtoniana, que não consegue adentrar a barreira dos *quarks* e dos *glúons*. Aí, ela, a geografia, se encolhe para dentro das formas/conteúdo do macroespaço, relegando o microespaço da pequena cidade a abstrações, negando-lhe existência própria. O mais próximo da realidade das pequenas cidades (que existem, mas são “inexistentes”), que a geografia acadêmica chega é quando são incorporadas às categorias do local do global e do território (BACELAR, 2009, p. 11).

É tentando avançar no preenchimento das lacunas permanentes, que o presente trabalho se esforça para fazer notar espaços ainda inexistentes para alguns. Inexistentes não no sentido de “irreais”, mas significando “pouco importante”, como o dicionário anteriormente revelou ao referenciar-se ao vocábulo “pequeno”.

Negligenciar espaços como as pequenas cidades é negar-se a conhecer a dinâmica do fenômeno do urbano no Brasil e até mesmo desconsiderar a história e o presente das cidades brasileiras. Por isso, o desafio inicial que precisa ser vencido é observar a cidade para além de dados populacionais, porque lugares pouco populosos são características não apenas das cidades, mas também de municípios brasileiros, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

**Tabela 1.** Número de municípios e população no censo demográfico 2010 segundo as classes de tamanho da população

<b>Brasil classes de tamanho da população</b>	<b>Número de municípios</b>	<b>População de municípios</b>
<b>Total</b>	<b>5.565</b>	<b>190.732.694</b>
Até 10.000	2.515	12.939.483
De 10.001 a 50.000	2.443	51.123.648
De 50.001 a 100.000	324	22.263.598
De 100.001 a 500.000	245	48.567.489
De 500.001 a 1.000.000	23	15.703.132
Mais de 1.000.000	15	40.135.344

Fonte: IBGE (2010). Organizado pelos autores, 2021.

Os dados da Tabela 1 mostram um território brasileiro altamente fragmentado e repleto de municípios pouco populosos<sup>4</sup>. Afirma-se isso porque de acordo com a referida tabela, 2.515 unidades municipais possuem até 10.000 habitantes, o que significa, aproximadamente, 45% do total. E os que possuem de 10.001 a 50.000 habitantes representam, basicamente, 44%. Logo, apenas 11% dos municípios brasileiros contêm população superior a 50.000 habitantes.

Na distribuição populacional, situação inversa ocorre, ou seja, a menor quantidade de municípios abarca o maior número de habitantes. Conforme pode ser observado na Tabela 1, de um universo de 5.565 municípios, apenas 592 concentram 66% do total da população brasileira (126.669.563 pessoas). Isso ocorre devido ao contingente populacional de cada um

<sup>4</sup> É importante evidenciar que atualmente o Brasil detém 5.570 municípios. Os cinco municípios criados, após o censo demográfico 2010, foram: Pescaria Brava e Balneário Rincão, em Santa Catarina; Pinto Bandeira, no Rio Grande do Sul; Paraíso das Águas, no Mato Grosso do Sul e; Mojuí dos Campos, no Pará. Todos estes também seriam considerados municípios pouco populosos, uma vez que a população estimada para tais unidades municipais, no ano de 2021, segundo o site IBGE Cidades (2022), é a seguinte: Pinto Bandeira (3.068), Paraíso das Águas (5.751), Pescaria Brava (10.225), Balneário Rincão (13.129) e Mojuí dos Campo (16.282).

deles, que, individualmente, supera 50.000 habitantes. Por outro lado, 44% da população do Brasil (64.063.131 pessoas), dividem-se entre os territórios das demais 4.973 unidades municipais.

Como no Brasil cidades são sedes de municípios, logo municípios pouco populosos acarretam em sedes municipais com a mesma situação – visto que o total de habitantes da cidade pode, inclusive, ser inferior à população municipal. Dessa maneira, é oportuno destacar que a criação dos milhares de municípios brasileiros é fruto de legislações muito permissivas.

Segundo Silva, Gomes e Silva (2009), no Brasil, a aprovação da Constituição Federal de 1988, que atribuiu aos estados da federação a responsabilidade pela criação de novos municípios, acarretou em uma exagerada ocorrência de desmembramentos e criação destes (com vários problemas e quase todas as sedes municipais consideradas como pequenas cidades), mesmo com a aprovação da Emenda Constitucional nº 15 de 12 de setembro de 1996, que instituiu a obrigatoriedade de se consultar previamente a população envolvida para a elaboração de um estudo de viabilidade municipal.

Os referidos autores acrescentam ainda que a requisição para tornar cidade/município núcleos de povoamento muito pequenos se dava mediante interesses políticos eleitorais. Com requisições aceitas, emanciparam-se politicamente milhares desses subespaços e surgiram pseudocidades; algumas destas muito carentes de serviços e comércios (SILVA; GOMES; SILVA, 2009).

Para se visualizar com maior clareza o volume populacional das cidades brasileiras, ao longo da história, a Tabela 2 exhibe a população das cidades, entre os anos de 1950 e 2010, a partir de uma estratificação demográfica.

**Tabela 2.** Número de cidades nos Censos Demográficos (1950-2010)  
por classes de tamanho da população

População das cidades	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Ate 500	43	93	174	65	34	93	50
De 501 a 1.000	255	370	620	330	205	292	234
De 1.001 a 2.000	560	705	940	789	678	791	663
De 2.001 a 5.000	595	867	1111	1203	1385	1617	1579
De 5.001 a 10.000	230	358	516	692	904	1095	1160
De 10.001 a 20.000	108	199	288	416	600	755	863
De 20.001 a 50.000	64	104	189	295	394	476	583
Mais de 50.000	32	68	114	201	291	388	433
<b>TOTAL</b>	<b>1887</b>	<b>2764</b>	<b>3952</b>	<b>3991</b>	<b>4491</b>	<b>5507</b>	<b>5565</b>

Fonte: IBGE. Série e Estatísticas, 2018. Organizado pelos autores, 2021.

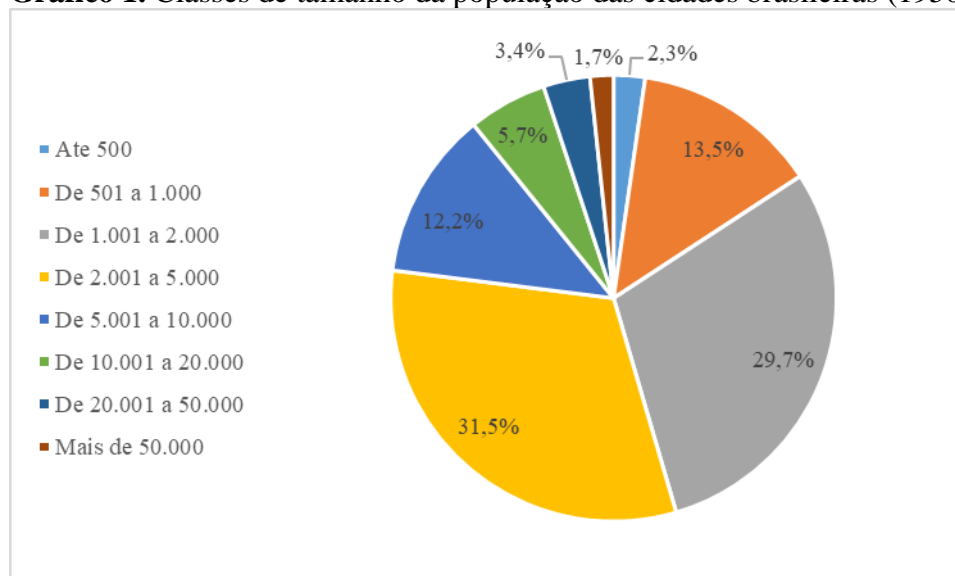


Observa-se que entre as décadas apresentadas (Tabela 2), além de haver um crescimento expressivo de cidades – fenômeno explicado a partir das legislações muito permissivas que propiciaram recorrentes desmembramentos municipais e a criação de milhares de municípios –, é nítido a predominância de núcleos populacionais pouco populosos. Buscando evidenciar tal característica, construíram-se dois gráficos, a partir dos dados apresentados na Tabela 2, ambos apresentam, em termos proporcionais, as classes de tamanho da população das cidades, no Brasil. O Gráfico 1 exibe o ano de 1950 e o Gráfico 2 mostra o ano de 2010, intervalo de tempo ora apresentado.

Em 1950, haviam 1.887 cidades brasileiras, deste total, 31,5% possuíam de 2.001 a 5.000 habitantes; 29,7% detinham de 1.001 a 2.000 habitantes; e 13,5% abarcavam de 501 a 1.000 habitantes. Isto significa que, no período mencionado, 74,7% das cidades brasileiras detinham entre 501 a 5.000 habitantes (Gráfico 1).

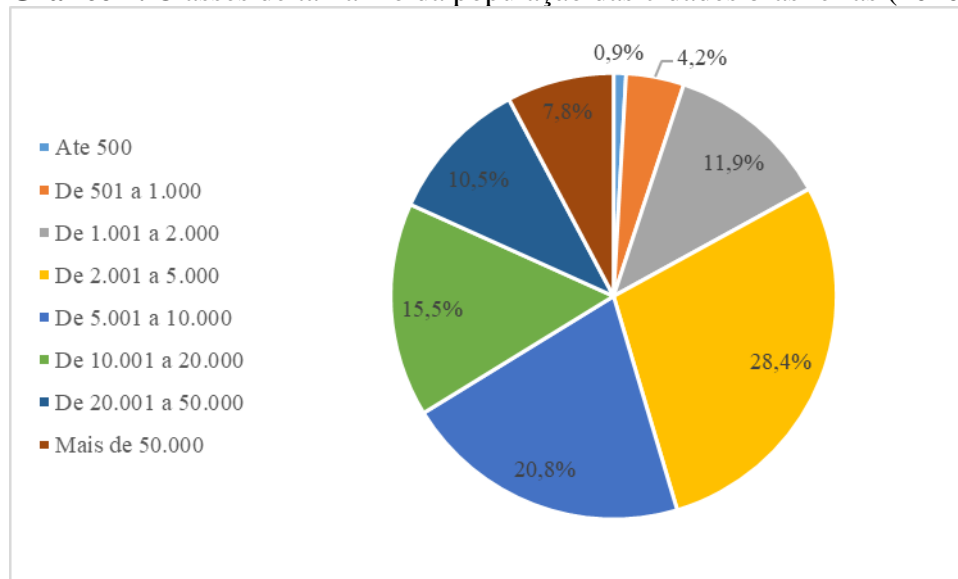
Já em 2010, existiam 5.565 sedes municipais, destas 28,4% detinham de 2.001 a 5.000 habitantes; 20,8% possuíam de 5.001 a 10.000 habitantes; e 15,5% concentravam de 10.001 a 20.000 habitantes, ou seja, no referido ano, 64,7% das cidades brasileiras possuíam de 2.001 a 20.000 habitantes (Gráfico 2). Se acrescentado ainda as demais classes de tamanho cuja população não ultrapassa 2.000 habitantes (tais classes são: até 500; de 501 a 1.000; e de 1.001 a 2.000), pode-se afirmar que, 81,7% das cidades, no Brasil, detinham população de até 20.000 habitantes.

**Gráfico 1.** Classes de tamanho da população das cidades brasileiras (1950)



Fonte: IBGE. Série e Estatísticas, 2018. Organizado pelos autores, 2021.

**Gráfico 2.** Classes de tamanho da população das cidades brasileiras (2010)



Fonte: IBGE. Série e Estatísticas, 2018. Organizado pelos autores, 2021.

Logo, a partir dos dados apresentados, reconhece-se nas cidades brasileiras a relevância espacial detida pelas pequenas cidades. Sua expressividade numérica, ao longo dos anos, possibilita qualificá-las como espaços geográficos que devem ser vistos e reconhecidos como lugares de reprodução da vida humana.

Diante do exposto, reitera-se que essa realidade não pode ser uma página retirada da história das cidades, no Brasil, muito pelo contrário, faz parte delas e, como tal, precisa ser conhecida e analisada para que se acompanhe o seu desenvolvimento ao longo dos anos. A fragmentação do território, apesar de apresentar aspectos positivos, em alguns casos, também pode se constituir como altamente danosa a novos municípios, na medida em que muitos destes são criados mesmo desprovidos de recursos e infraestrutura suficientes para dar conta de uma autonomia político-administrativa.

A ausência de algumas formas espaciais nas cidades destes pequenos municípios ocasiona, dessa maneira, um estranhamento sobre o nível de urbanização construído nesses lugares, o que gera debates na geografia urbana. Endlich (2006, p. 85), em trabalho sobre os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná, faz o seguinte esclarecimento:

O conceito de pequena cidade é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos.

É reconhecida, assim, uma especificidade das cidades brasileiras. A autora ainda se posiciona sobre o aspecto populacional e afirma que “apesar do número de habitantes não ser um elemento seguro para definir a existência de uma cidade, estabelecer um patamar demográfico mínimo serve como ponto de referência, desde que não seja um critério isolado e rígido” (ENDLICH, 2006, p. 85). De forma semelhante, Maia (2010) acrescenta que o quantitativo populacional também deve ser considerado, mas ele não pode ser tomado como sinônimo da realidade.

Desse modo, entende-se que uma cidade deve ser considerada grande, média ou pequena não somente a partir do número de habitantes ou do tamanho territorial – embora estes também devam ser considerados – mas também a partir de seus conteúdos econômico, político e social e do seu papel na divisão do trabalho, bem como do lugar que ocupa na hierarquia urbana regional. Nos dizeres de Santos (1981, p. 15), “um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define”. Assim, ressalta-se o fato de Santos (1982, p. 69) já chamar atenção para a necessidade de olhar a pequena cidade para além de seu aspecto populacional, daí a denominação de cidade local, expressão criada a fim de evitar a associação com a noção de volume da população.

Logo, para esse autor, uma cidade local “é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço” (SANTOS, 1982, p. 71). Tais necessidades inadiáveis constitui-se como necessidades vitais mínimas<sup>5</sup> que podem ser tanto reais como criadas e que, muitas vezes, são impostas de fora da comunidade.

A criação do termo cidade local foi, portanto, um avanço no estudo das cidades brasileiras porque oportunizou um olhar que extrapolasse o aspecto populacional. Com isso, lançaram-se novas perspectivas de estudos na geografia urbana que passaram a viabilizar mais análises. Assis e Araújo (2009), no intuito de contribuir com os estudos das cidades brasileiras, além de defenderem que o tamanho populacional é um critério insuficiente para se entender o papel e a vida de relações de uma cidade, acrescenta os seguintes parâmetros que, segundo eles, auxiliariam os pesquisadores: as origens, o cotidiano, as atividades econômicas e as funções

---

<sup>5</sup> Segundo Olanda (2008, p. 188), “o que constitui as necessidades mínimas tem variado muito e de acordo com a intensidade da expansão da sociedade de consumo, cada vez mais são criadas e recriadas necessidades, portanto, estas variam de acordo com o espaço e com o tempo. Em resumo, na sociedade de consumo, as necessidades mínimas são continuamente alteradas”.

regionais.

Esses elementos, combinados entre si, proporcionam um olhar mais aprofundado sobre o espaço da pequena cidade, o qual guarda uma dinâmica própria. No que diz respeito à dinâmica da pequena cidade, uma noção bem presente no senso comum e até compartilhada parcialmente na ciência é a de que ela é regida por um “tempo lento”, isto é, um tempo em contraposição à vida agitada das grandes cidades. A vida tende a ser “desacelerada”, marcada por relações de pessoalidade (uma vez que é comum boa parte da população se conhecer em pequenas cidades, dada a sua pequena dimensão territorial e populacional) na qual modos de vida individualistas e impessoais estariam presentes em menor proporção.

No entanto admite-se que muitos problemas das grandes cidades também estão presentes nas pequenas, como: a violência, os problemas ambientais, a prostituição, o tráfico de drogas, o desemprego, as desigualdades sociais, dentre outros. O que as aproxima dos centros urbanos maiores. Os problemas repetem-se porque a sociedade é única, está apenas espacializada em lugares diferentes. Por isso, não cabe generalizações às cidades, mas, sim, o estudo de suas diferenças e semelhanças.

Para Santos (2008), não existe menor vulnerabilidade social na pequena cidade. O autor, ao explicar a tendência da grande cidade em concentrar populações pobres e suas esperanças insatisfeitas, menciona alguns fatos que tornam estas mais vulneráveis na cidade pequena, a saber: a repartição das tarefas econômicas entre as diversas cidades associada aos efeitos da distância e das disparidades de renda.

Não se poderia deixar de mencionar que o baixo número de habitantes, em algumas circunstâncias, é um fator limitador, pois inviabiliza ou dificulta o acesso a determinados serviços. Isso ocorre porque a administração pública tende a gerenciar os recursos, a partir de dados populacionais. Em algumas pequenas cidades não há, por exemplo, a presença de um delegado, diariamente. Logo, ao ocorrer a necessidade de atuação desse profissional, é necessário o deslocamento dos envolvidos para outra cidade. Devido ao reduzido número de moradores, as comarcas tendem a aglutinar ações de municípios pouco populosos, o que termina concedendo certa centralidade à sede desta. Também é incomum a presença de postos do corpo de bombeiros e da defesa civil. E, por fim, não há a obrigatoriedade de elaboração de um plano diretor, o que deixa a pequena cidade ausente de normatizações para construir suas formas espaciais.

As formas espaciais contidas em cada cidade brasileira contribuem para a representação

desta no imaginário social das pessoas. Por isso, Soares e Melo (2010, p. 237) trazem para a discussão a questão da subjetividade na noção de pequena cidade:

Muitas vezes, para os moradores de grandes cidades, as chamadas pequenas cidades não se constituem em áreas urbanas, mas, para os que vivem nestas localidades, ou mesmo no meio rural, suas percepções as identificam como urbanas. Temos que considerar que tais posturas estão apoiadas nos atributos que essas cidades possuem e, sendo assim, as definições qualitativas destas estão apoiadas na existência de edifícios, avenidas e um conjunto de atividades e funções de administração, organização, decisão e produção.

Reconhecer que as cidades são heterogêneas é um desafio não apenas da ciência geográfica, mas também da sociedade como um todo. Observá-las mediante definições qualitativas possibilita enxergar a cidade enquanto espaço criado, a partir das relações sociais estabelecidas nele. Afinal, a pequena cidade “têm sua importância no conjunto da reprodução da sociedade como um todo” (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 67). Evidenciar essa importância só é possível através de uma análise espacial. E esta é, portanto, função da Geografia.

Como adverte Silva (1988), na análise do espaço, é importante levar em consideração: a formação do espaço geográfico, de sua estrutura, de suas características, de seus processos e funções, de suas transformações e do significado desses elementos constitutivos do todo para a consciência humana.

Assim, não se poderia deixar de mencionar que para além do aspecto populacional, a cidade, ao ser vista através de um contexto regional, mostra as suas funções urbanas. As publicações das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) – sua última edição foi em 2018 (IBGE, 2020) – e a divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias (IBGE, 2017) são importantes fontes de dados que podem – e devem – ser levados em consideração, pelo pesquisador, para um melhor conhecimento das cidades brasileiras. Ambos os estudos mostram níveis de centralidades urbanas, o que possibilita enxergar as pequenas cidades em seu contexto regional e permite delinear aquelas que mesmo sendo consideradas pequenas já exercem importantes papéis, no que tange a gestão de território, e ao oferecimento de comércios e serviços, enfim, constituem-se em importantes centros urbanos para um conjunto de outras cidades.

A REGIC 2018 (IBGE, 2020) e a regionalização do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias (IBGE, 2017) permitem enxergar as pequenas

idades brasileiras diante das interações espaciais promovidas, ou seja, em meio aos fluxos que permeiam o mundo capitalista.

Para Corrêa (1997, p. 279),

as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.

O referido autor afirma ainda que as interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência – e reprodução – e do processo de transformação social, e não como simples deslocamentos no espaço. Elas refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas (CORRÊA, 1997). Reconhece-se também que “as interações espaciais constituem os meios pelos quais as formas espaciais articulam-se entre si, realizando as funções que os processos espaciais lhes atribuíram (CORRÊA, 2016, p. 132).

Portanto, ver as pequenas cidades diante das interações espaciais realizadas é vislumbrar a atuação destes espaços participando simultaneamente de diversas redes geográficas; é enxergar tais lugares como partícipes de relações espaciais; e sobretudo é reconhecer as pequenas cidades como lugares de articulação e de práticas espaciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar pequenas cidades não é uma tarefa fácil. O estudioso que se debruça por esse objeto encontra vários fatores dificultantes para a sua pesquisa, que se diversificam entre: a ausência de dados estatísticos oficiais (e quando existem dizem respeito com frequência ao município como um todo, e não apenas à sede municipal); a dificuldade em se encontrar estudos sobre o tema (apesar de vários autores já terem reservado parcela de sua produção científica a esse importante segmento do urbano); e as enormes distinções existentes entre os parâmetros, características e definições gerais de cidade e a realidade das consideradas pequenas.

Entretanto, esses desafios não podem constituir barreiras intransponíveis. O primeiro passo para transpô-los é analisar a cidade para além de seu aspecto populacional, pois este, embora seja importante, sozinho não consegue explicar o lugar. O baixo contingente populacional é sim uma característica de milhares de cidades brasileiras – situação fruto da imponderada multiplicação de municípios –, mas o foco da Geografia não deve ser questionar

a delimitação de critérios legais adotados no Brasil, ou em qualquer outro país, na classificação quanto ao porte das cidades; o que é reservado a esta é a análise dos moldes de vida urbana que ocorrem em cada cidade.

Portanto, a Geografia deve explicar as organizações socioespaciais construídas, seja na pequena, na média ou na grande cidade e elucidar as relações socioespaciais estabelecidas no campo, na periferia, nos assentamentos rurais, nos loteamentos urbanos, nas comunidades quilombolas, enfim, onde a sociedade estiver espacializada. A Geografia não pode e não deve ser uma ciência exclusivamente do “macro” ou do “micro”, mas ela precisa estar comprometida em desvendar as relações sociais estabelecidas nos diferentes espaços e nas heterogêneas escalas.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos**. [s.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br>. Acesso em: 28 de Janeiro de 2011.

ASSIS, Lenilton Francisco; ARAÚJO, Francinelda Ferreira. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XIII, n. 294, jul. 2009. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-294.htm>. Acesso em: 5 nov. 2014.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequena cidade: uma caracterização. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS, 5. **Anais...** Santa Maria: UFMG, 2009. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar\\_NEAT\\_UFU.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar_NEAT_UFU.pdf). Acesso em: 17 jun. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**. 2016. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/31>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná** (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: [s.n.], 2006. Hucitec, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Sala de Imprensa. B29 No 2010. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=&t=censo-2010-populacao-brasil-de-190-732-694-pessoas>. Acesso em: 07 Jun 2018.

IBGE. **Séries Estatísticas**. População e demografia. Disponível em: <[https://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=1](https://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=1)> Acesso em: 05 Jun 2018.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 09 mar 22.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>> Acesso em 15 mar 18.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Regiões de Influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 out 2020.

IBGE CIDADES. Disponível em: Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 mar 22.

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades pequenas**: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. 2009. PDF. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/212792866/Cidade-Spe-Quen-as-Como-Defini-Las>. Acesso em: 15 Jan 18.

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades médias e pequenas do Nordeste**: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**: Goiânia, v. 2, n. 4, p.183-191, agos/2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4699/3956>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2013.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico- científico informacional. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª Ed., 1ª reimpr. – São Paulo: EDUSP, 2008.



SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Armando Corrêa. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SILVA, Anieres B. da; GOMES, Rita de Cássia da C.; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. **Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana**. São Paulo: USP, 2008. (Mimeo.)

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: um estudo sobre as relações sócio-espaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. **Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais**. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

**DICIONÁRIO PRIBERAM**. Disponível em: <https://www.priberam.pt>. Acesso em: 05 Jun 18.

*Recebido em 10 de maio de 2021.*

*Aceito em 16 de fevereiro de 2022.*

*Publicado em 29 de julho de 2022.*